

**A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO POTIGUAR NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE (1952-1967)**

**Flademir Gonçalves Dantas<sup>1</sup>**

**RESUMO.**

O presente artigo discute a construção do espaço nos livros didáticos de História do Rio Grande do Norte no período de 1952 a 1967. Consideramos na produção do trabalho, a dimensão espacial no discurso presente nos livros didáticos não só na sua dimensão "clássica", de cenário, palco da história, ou como espaço natural, como natureza, mas como objeto sujeito à intervenção histórica, a ação do homem e de sua cultura. Entendendo o espaço como lugar praticado, tal como definido por Michel de Certeau (1994). Tomaremos como referencial teórico as ideias defendidas por Roger Chartier (1990). Vamos intentar uma abordagem das representações espaciais nos livros didáticos de História do Rio Grande do Norte, numa perspectiva das problemáticas espaciais: a luta pela apropriação simbólica dos espaços institucionalizados por meio dos livros didáticos.

Palavras-chave: Livros didáticos – História – Rio Grande do Norte.

Na correria do dia a dia, acesso um conhecido jornal eletrônico da taba potiguar, eis o título da matéria: “Série de debates vai defender a tese de que o Brasil nasceu no RN. Primeiro encontro será amanhã”<sup>2</sup>. Continuo a leitura e vem à proposta do debate:

Uma série de debates discutirá a teoria de que o Brasil foi descoberto pela esquadra de Pedro Álvares Cabral no Rio Grande do Norte e não em Porto Seguro, na Bahia, como os livros de história relatam. Os eventos, promovidos pelo Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado do Turismo, reunirão historiadores e especialistas para debater o tema. (TRIBUNA DO NORTE, 7 mai. 2018)

Encerro a leitura e me ponho a pensar sobre a construção colonial do espaço potiguar, de como o discurso colonizante ainda se encontra enraizado em nossa sociedade, a ponto de

---

<sup>1</sup> Bacharel e Licenciado em História pela UFRN (2007), Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia pela UNINTER (2011), Especialista em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido pelo IFRN (2016), Mestrando em História e Espaços pela UFRN (2018); flademird@gmail.com.

<sup>2</sup> < <http://blog.tribunadonorte.com.br/eturismo/89653> > Acesso em 15 jan. 2019.

debaterem se a “descoberta” se deu aqui ou na Bahia. Encaro o trânsito da capital, atravesso-a de norte a sul e chego à Biblioteca Zila Mamede. Na seção de livros de História do Rio Grande do Norte, entre Câmara Cascudo, Tavares de Lyra, Rocha Pombo, Denise Matos, Tarcisio Medeiros, me deparo com uma obra de singelas 52 páginas com o curioso título: *O Brasil nasceu juridicamente no Rio Grande do Norte* de Marcus César Cavalcanti de Moraes (2007).

De modo que a reflexão seguinte perpassa a ideia de que o espaço é construído historicamente, resultado de conflitos, embates, lutas e práticas sociais, políticas, culturais, enfim é multifacetado. A ideia do nascimento jurídico no Rio Grande do Norte é mais uma forma de espacialização da história, que fora até sancionada em Lei sob o nº. 7.831, de 30 de maio de 2000, pelo então governador Garibaldi Alves Filho, que instituiu o dia 07 de agosto, alusivo a fixação do Marco Colonial de Touros, em terra potiguar, como data de aniversário do Rio Grande do Norte.

A Lei não surtiu efeito, como dizem “não pegou”. Voltemos aos livros, agora pensando como certos acontecimentos são apresentados nos livros didáticos ao longo do tempo, suas representações no passado tem importância para a atuação da sociedade no presente. Os alunos – principalmente os das camadas populares – que, na escola e também fora dela, recebem certas representações – etnocêntricas<sup>3</sup>, eurocêntricas, ocidentalizante<sup>4</sup> - provavelmente tenderá a se ver e a se comportar de acordo com os estereótipos difundidos pelos grupos dominantes. (DAVEIS, 2009)

Como são representados os espaços nos livros didáticos de História do Rio Grande do Norte? Que fatos e acontecimentos históricos são evidenciados e/ou silenciados? Quais as histórias produzidas pelos livros didáticos? Enfim, Como é produzido/construído o espaço

---

<sup>3</sup> Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo – Eurocentrismo é o exemplo da Europa como centro de tudo - é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência. Rocha, Everardo. *“O que é Etnocentrismo”*, Ed. Brasiliense, 1984, pág. 7.

<sup>4</sup> A ocidentalização corresponde, portanto, ao movimento de difusão/imposição da cultura ocidental nas colônias dos Impérios Ultramarinos – em outras palavras, à conquista das almas, dos corpos e dos territórios do Novo Mundo. Esse movimento de ocidentalização, levado à frente por castelhanos e posteriormente por portugueses, produz[iu] situações de choque e relações de poder entre os recém-chegados (os europeus) e os que se encontravam na terra firme (os nativos). O conceito e a problemática da ocidentalização estão sendo tomados, aqui, de GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*, p. 63-110. In. Macedo, Helder Alexandre Medeiros. Citado em Revista da Faculdade do Seridó, v.1, n.0, jan./jun. 2006. p. 16.

potiguar nos Livros Didáticos de História do Rio Grande do Norte? Tais inquietações surgem da observação e da prática da docência na educação básica, da experiência em sala de aula como professor das disciplinas História e Cultura do Rio Grande do Norte no programa social, Bombeiro Mirim (funcionando há mais de 20 anos e institucionalizado pela Lei nº 9.561, de 25 de outubro de 2011) que atua com adolescentes com faixa etária entre 12 e 14 anos.

De antemão, se faz necessário definir o espaço escolar, que nesta pesquisa entende-se como o espaço que se estendem para além das fronteiras físicas atuando nas relações entre a escola, o poder público, a comunidade, os alunos e os professores. Além de entendê-lo como espaço político, de reivindicação e disputa de poder. O espaço escolar como constituinte da atividade educativa, analisado sob diferentes prismas e fundamentações teóricas, vem sendo privilegiado como objeto de pesquisa por educadores e outros profissionais. Para Viñao Frago:

Qualquer atividade humana precisa de um espaço e um tempo determinado. Assim, acontece com o ensinar e aprender, com a educação. Resulta disso que a educação possui uma dimensão espacial e que, também, o espaço seja junto com o tempo, um elemento básico, constitutivo, da atividade educativa (1998, p.61).

O espaço escolar é entendido aqui, conforme definição de Margarida Oliveira, como:

[...] o conjunto das relações construídas entre espaço físico das instituições de ensino, seus sujeitos diretos (docentes e discentes), a comunidade composta por pais, vizinhança, legisladores, gestores etc., e os resultados dessas relações: leis, prescrições curriculares, materiais didáticos, metodologias de sala de aula, estratégias de relacionamento etc. (OLIVEIRA, 2013b, p. 235)

Portanto, é no espaço escolar, tendo como uma de suas ferramentas o livro didático, que se estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula e devemos considerar que são os textos destes livros que frequentemente definem qual é a cultura legítima a ser transmitida.

É, pois, no dialogo entre as diversas representações contidas nos livros didáticos no espaço escolar, que o livro didático se constitui como fonte para a presente pesquisa, reconhecendo como importante o seu papel de intermediário entre os alunos, os professores e

o conhecimento. Desta forma, o espaço escolar ultrapassa a dimensão física da escola, sendo concebido aqui apenas como parte do processo, estabelecendo assim, uma dimensão dialógica entre os agentes que a habitam, uma vez que estes partilham de referenciais comuns que estruturam as relações entre os envolvidos.

Segundo Certeau (1994) as práticas de espaço remetem a uma forma específica de operações, ou seja, maneiras de fazer. Tais práticas de espaço correspondem à mobilização de saberes (signos, significantes e significados), práticas (operações), experiências pessoais e coletivas mobilizadas, reordenadas a partir de cada agente e das circunstâncias em que a ação se desenrola. Dessa maneira, tanto a subjetividade individual quanto o peso da coletividade são colocados como relevantes quando se trata de agir em uma dada espacialidade a partir de um sistema social dado.

Consideramos a dimensão espacial no discurso historiográfico não só na sua dimensão "clássica", de cenário, palco da história, ou como espaço natural, como natureza, mas como objeto sujeito à intervenção histórica, a ação do homem e de sua cultura. Entendendo o espaço como lugar praticado, tal como definido por Michel de Certeau, dessa forma a espacialização apresenta-se como um lugar de lutas, apropriações, reconstruções, onde o espaço relaciona-se a atribuição de sentido a ordem estabelecida, uma ordem que longe de ser uma, naturalizada, é "furada", de sentido de fugidio."

O conceito de espaço, conforme Michel de Certeau apregoa, será entendido a partir de práticas e representações. Dessa forma, entendemos que as representações criadas pelos livros didáticos constroem espaços, instituem fronteiras que separam e urdem práticas e sujeitos.

O espaço é, antes de tudo, um lugar praticado, subjetivado, um lugar de mobilidade, um lugar antropológico. Ou seja, podemos relacionar essas colocações teóricas com os diferentes discursos que estão presentes nos livros didáticos tratados nessa pesquisa, uma vez que, tais discursos procuram transmitir uma verdade histórica e uma representação daquilo que ficou cristalizado como a História do Rio Grande do Norte.

Isso implica dizer que o livro didático de História do Rio Grande do Norte e as discussões que se estabelecem sobre ele se constituem como práticas do espaço escolar, uma vez que incorporam uma rede linguística que se baseiam nos críveis, memoráveis e primitivos que compõem a espacialidade e que são mobilizados pelos seus agentes por meio de operações e de suas experiências. (SOARES, 2017, p. 21)

Para tanto, tomaremos como referencial teórico as ideias defendidas por Roger Chartier, no livro *História cultural - entre práticas e representações* – o qual define que “as representações do mundo social são construídas” e que “são sempre determinados pelos interesses dos grupos que as forjam” (CHARTIER, 1990, p. 16). Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Chartier, assim, aborda a questão das representações como um conjunto de percepções do tecido social, sendo estes esquemas geradores de classificações e percepções próprios de cada grupo, construídos em contraposição uns aos outros. Essas representações tendem a produzir estratégias e práticas que tentam impor uma autoridade, legitimar um projeto ou justificar condutas, sendo matrizes de discursos e práticas.

Pois na medida em que os discursos, as práticas e as representações da cultura humana a partir dos seus desvios e "desordens" destroem e negam alguns espaços, ao passo que constroem e legitima outros espaços, configura-se uma luta pelo espaço que não se restringe apenas a dimensão político-territorial, mas que se manifesta até mesmo na nomeação dos espaços, no desejo de pertencer a determinado espaço e exaltá-lo em detrimentos de outros, no processo de construção das identidades culturais-espaciais, no processo simbólico que atribui sentido diferentes, às vezes conflitantes, entre os mais variados espaços.

Vamos intentar uma abordagem das representações espaciais nos livros didáticos de História do Rio Grande do Norte, numa perspectiva das problemáticas espaciais: a luta pela apropriação simbólica dos espaços institucionalizados por meio dos livros didáticos. Outrossim, a análise crítica do livro didático não pode ser desvinculada do contexto geral do sistema educacional brasileiro. Os fatores condicionantes deste afetam e determinam igualmente aquele. (OLIVEIRA, J. B. A. ET alii 1984) <sup>5</sup>.

Nesse sentido, o conceito de livro didático é fundamental para o entendimento desta análise, tendo em vista, as diferenças existentes entre o livro de História local e o livro didático de História local. O conceito de livro didático trabalhado aqui entende o mesmo como:

artefato impresso em papel que veicula imagens e textos em formato linear e sequencial, planejado, organizado e produzido especificamente para uso em situações didáticas, envolvendo predominantemente alunos e professores com a

---

<sup>5</sup> OLIVEIRA, J. B. A. A pedagogia e a economia do livro didático. Rio de Janeiro, ABT, 1983 a. Trecho retirado de: FREITAG, Bárbara. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez, 1997.

função de transmitir saberes circunscritos a uma disciplina escolar (FREITAS, 2009: 12).

Segundo o Guia do Livro Didático<sup>6</sup>, os livros didáticos de História regional são classificados “por pretenderem trabalhar a História, delimitando um recorte espacial, podendo ser uma capital ou um estado do país. Normalmente, são destinados à 3ª ou 4ª série do ensino fundamental”<sup>7</sup>.

Analisando o livro didático de História regional, Marta Maria Andrade Lima conclui que:

[...] os livros didáticos regionais de História, destinados normalmente as 3ª e 4ª séries (4º e 5º anos) do Ensino Fundamental carecem de um olhar mais atencioso por parte de seus autores e editores, no que diz respeito à atuação da abordagem dos conhecimentos históricos escolares, aprofundando os aspectos significativos da formação cultural da localidade sobre a qual estuda e as dimensões que assumem as relações com os âmbitos regionais, nacionais e mundiais [...]

Outro ponto que merece nossa atenção recai no fato que a disciplina História do Rio Grande do Norte geralmente é ministrada por pedagogos. Sobre o assunto Flavia Eloisa Caimi versa:

[...] O reduzido número de horas-aula destinados a disciplina de metodologia e didática da História nesses cursos [pedagogia] (entre 60 e 180 horas), pode-se considerar que o conhecimento histórico de que esse professor dispõe para ensinar aos seus alunos está circunscrito, não raras vezes, àquilo que aprendeu na sua própria escolarização básica e/ou na disseminação da tradição cultural operada pelos movimentos tradicionalistas. Num cenário assim configurado, os materiais didáticos, em especial, os livros, tomam uma dimensão de importância maior do que deveriam, consistindo até mesmo em fonte de estudo para estes professores. (CAIMI, 2007)

De modo que o livro didático de História, e mais especificamente o de História do Rio Grande do Norte se reveste de grande importância. Apoiando-nos nas ideias de Alain Choppin (2004, p. 553) vemos que o livro assume uma miríade de funções, das quais destacamos a

---

<sup>6</sup> Elaborado a partir do Programa Nacional de Avaliação de Livros Didáticos (PNLD), do Ministério da Educação (MEC), que tem por objetivo orientar os professores na escolha do livro didático que apoiará o seu trabalho pedagógico durante um período de três anos.

<sup>7</sup> BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Guia do livro didático 2007: História – séries/ anos iniciais do ensino fundamental. Secretaria de Educação Básica. Brasília, MEC, 2006.

referencial (elaboração de currículos ou programas); a instrumental (propondo métodos de aprendizagem com exercícios e atividades) e a função ideológica e cultural (transmissor de valores). Tendo em vista o exposto, percebemos o papel importante do livro didático no assunto trabalhado em sala de aula e conseqüentemente na formação de concepções para a formação dos alunos enquanto agentes da História.

## O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA REGIONAL

Segundo Corrêa (2012, p. 17) foi somente entre 1950 e 1970 que se iniciou em universidades na Europa, mais especificamente na França, Itália e Inglaterra um movimento de revalorização da história regional. Esta nova fase, ao contrário da anterior marcada pelo amadorismo de seus autores, estava respaldada em métodos científicos originados nas universidades combinando “[...] estruturas braudelianas, a conjuntura de Labrouse e a nova demografia histórica” (BURKE, 1991, p.56)

No Brasil, conforme nos aponta Selva Guimarães,

Os programas de ensino de Estudos Sociais, frutos da política educacional da década de 1970, em geral, encerravam o ciclo dos quatro anos do então ensino de 1º grau (hoje ensino fundamental) com o estudo da história regional, do município e/ou do estado (unidade da federação em que vive o aluno), de forma estanque e fragmentada. Assim, por exemplo, no estado de Minas Gerais, as crianças, que estudavam seguindo o Programa de Estudos Sociais da Secretaria de Estado da Educação (1975) e os livros didáticos, elaborados à semelhança do programa, chegavam ao final da 4ª série, hoje 5º ano, sem ter noções mínimas, básicas, de História do Brasil. (FONSECA, 2012, p. 63).

Circe Bittencourt esclarece que vários especialistas indicavam que a pesquisa de história regional “cresceu significativamente a partir de 1970, em virtude do esgotamento das macroabordagens”, que enfatizavam as análises mais gerais e não se detinham nos estudos mais particulares que melhor indicavam as diferenças da história recente do País. (2008, p. 161)

Nesse cenário, as propostas curriculares de História no Brasil, preponderou, até as décadas de 1970 e 1980, o ideário nacional. De modo que, estruturou-se o currículo sob uma base de História Geral e História do Brasil, objetivando formalmente a construção de uma

identidade nacional, resultando em uma história homogênea e uniforme, construindo, entre outros, o mito da democracia racial e o mito do herói nacional.

Explica Robert Moraes (2005, p. 78) que “no contexto de países de passado colonial, mais do que em quaisquer outros, a geografia e a história se amalgamam na construção ideológica das identidades nacionais.” Não nos olvidemos, a dimensão espacial recorta uma determinação básica de nossa história, e que a geografia tem grande centralidade explicativa nesse contexto, de forma que articula a consciência do espaço, com suas ideologias geográficas, as políticas e representações territoriais e o espaço construído, numa circularidade recorrente, do qual os livros didáticos também estão incluídos, orientando caminhos, definindo interlocuções, elegendo temas.

## O ENSINO DE HISTÓRIA E O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE.

Nesse ponto nos propomos a traçar breves apontamentos sobre a História do ensino de História no Rio Grande do Norte. Nos primeiros anos da República, ainda por inspiração federalista, alguns autores procederam a um levantamento histórico especializado, num resgate do que viria a ser História Regional<sup>8</sup>. Este período foi primordial para o desenvolvimento educacional do Brasil, da mesma forma, do Rio Grande do Norte. Os representantes do Estado defendiam o que ficou caracterizado na história como um novo processo civilizatório, tendo a educação como um dos pilares, figurando nos discursos como um dos principais objetivos da administração pública.

Câmara Cascudo em livro que trata da criação e história do Ateneu Norte-Riograndense comenta que por meio da Lei nº 350, de 26 de setembro de 1856, foi “*instaurada um colegio de instrução secundaria na Capital, com o título de Ateneu Rio-Grandense*”, prometendo a jornada integral da cultura do tempo, em “*sete cadeiras magistrais*”, tendo como quinta cadeira a Geografia e História. (1961, p. 58-59)

---

<sup>8</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1955; LYRA, Augusto Tavares de. **Rio Grande do Norte**. Coleção História Potiguar. Ed. EDUFRN, 2008 e POMBO, Rocha. **História do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922.

Manoel Ferreira Nobre, vereador, deputado provincial, Oficial-Maior da Assembléia Legislativa Provincial, Capitão da Guarda-Nacional, publicou em 1877, *Breve Notícia Sobre a Província do Rio Grande do Norte*, um livro de crônica breve e sucinto, tendo informações corográficas, econômicas e administrativas. Ao tratar da Instrução Pública na cidade do Natal, declarou que havia o ensino de História resumida do Brasil<sup>9</sup> nas três escolas presentes na Cidade Alta. Da mesma forma, no ensino secundário do Ateneu Rio-Grandense constava das matérias de Geografia e História.<sup>10</sup>

Um passo importante para a produção de livros de História do Rio Grande do Norte se deu com a criação do Instituto Histórico e Geográfico em 1902. Conforme a Mensagem do Presidente Alberto Maranhão, datada de 25 de março de 1904, ao relatar a fundação do citado órgão, aponta que a “nossa historia e geographia, ainda infelizmente”, eram “mal sabidas”:

No dia 29 de março de 1902, fundou-se, nesta capital, o "Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte," benemerita associação de letras que mantem, com esforço e applausos, uma Revista, na qual se offerece aos estudiosos leitura instructiva, como repositorio precioso que é do material destinado a facilitar a acção dos que *pretenderem se occupar*, futuramente, em estudos especiaes e coordenados, *da nossa historia e geographia, ainda infelizmente, mal sabidas*. (p. 11) [Grifos nossos]

Os primeiros livros de História Regional do Rio Grande do Norte são produções da primeira metade do século XX. A historiadora Denise de Mattos Monteiro<sup>11</sup> caracteriza essa produção inicial da historiografia potiguar, vinculados diretamente ao IHGRN – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, como “Clássica”<sup>12</sup>, os quais desenvolveram uma escrita da história preocupada em fundar uma identidade potiguar e, por isso, tratou de amenizar ou ocultar os conflitos sociais.

---

<sup>9</sup> NOBRE, Manoel Ferreira. *Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2011, p. 26.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>11</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. Balanço da Historiografia Norte-rio-grandense. In: Encontro Regional da ANPUH-RN (1:2004: Natal-RN). Anais do I Encontro Regional da ANPUH-RN: O ofício do historiador, 23 a 29 de maio de 2004, Natal, RN/ Associação Nacional de História: Organizador: Raimundo Nonato Araújo da Rocha-Natal-RN: EDUFRN, Editora da UFRN, 2006.

<sup>12</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1955; LYRA, Augusto Tavares de. **Rio Grande do Norte**. Coleção História Potiguar. Ed. EDUFRN, 2008 e POMBO, Rocha. **História do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922.

Entrementes, a preocupação para com o ensino de História do Rio Grande foi devidamente abordada na Mensagem do Presidente Antônio José de Mello e Souza, de 1º de novembro de 1923, ao relatar no demonstrativo de despesas extraordinárias de seu governo que

foram escripturadas como <eventuaes>, onde também se incluíram *varias compras de livros para distribuição gratuita ás escolas: “História do Rio Grande do Norte”, de Rocha Pombo; <Nossa Independência>, de Lemos Brito; <Escola e Lar>, de Christovam de Mauricéa; e <Aos Pescadores> de Catullo Cearense.* (p. 57) [Grifos nossos]

Amphiloquio Câmara, que foi presidente da Associação dos professores, inspetor da instrução pública e representante do Estado do Rio Grande do Norte na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, comemorativa do centenário do grande evento do Ipyranga, que ocorreu entre 7 de setembro de 1922 e 23 de março de 1923, ao tratar da instrução pública relata que

na conformidade das leis em vigor, é leigo em todos os seus grãos, e a base de sua organização geral é o ensino primário, ministrado no seu tríplice aspecto: infantil, elementar e complementar. O curso preliminar, que é de quatro annos, dado em classes, comprehende: leitura, escripta e calographia; lingua nacional; calculo arithmetico sobre numeros inteiros e fracções; geometria pratica; systema metrico-decimal; noções de geographia geral e corographia do Brasil e em particular do Rio Grande do Norte; *rudimentos da historia patria, especialmente do Rio Grande do Norte*; instrucção moral e civica; desenho; noções de sciencias physicas e naturaes, especialmente nas suas applicações á hygiene, á agricultura e zootechnia; economia domestica; cantos escolares e hymnos patrióticos; trabalhos manuaes; e exercícios physicos. (CÂMARA, Amphilóquio. *Scenarios Norte-Riograndenses:1923*. Natal: Sebo Vermelho, 2016. P. 49-50) [Grifos nossos]

Dentre as disciplinas ministradas no curso preliminar<sup>13</sup> temos a presença dos “rudimentos da historia patria, especialmente do Rio Grande do Norte”. A existência da disciplina implica a adoção de livros e/ou materiais para o ensino. É o que podemos observar na Mensagem do Presidente Juvenval Lamartine de Faria, de 1º de outubro de 1930, ao tratar da reforma ortográfica, regulada pelo Decreto nº 463, de 24 de janeiro de 1930, que ordenou a

---

<sup>13</sup> O ensino primário era ministrado nos níveis preliminar e complementar, obrigatório para crianças de ambos os sexos entre as idades de 7 e 12 anos.

todos os professores públicos do Estado, no ensino da Língua Materna, observarem as regras que se baseiam a reforma ortográfica da Academia Brasileira de Letras, informando que as "ditas regras estão sendo rigorosamente observadas no seio do nosso magistério", entretanto, causa preocupação não possuir "ainda livros didaticos escriptos na conformidade da nova orthographia". (p.61)

Conclui esclarecendo que coube ao Dr. Luiz da Câmara Cascudo elaborar "um compendio sobre Historia do Rio Grande do Norte, destinado aos cursos normaes e complementares, moldado dentro das novas regras orthographicas". Podemos observar que o ensino de História do Rio Grande do Norte foi motivo de preocupação por parte das autoridades durante os primeiros anos da Primeira República.

No tocante aos livros didáticos, temos como primeiro registro, a obra de Clementino Câmara, intitulada *Geografia e História do Rio Grande do Norte* de 1952, composto de 135 páginas e dividido em três partes: a primeira denominada "Geografia Físico-Econômica" e "Geografia Humana-Administrativa", a segunda parte se chama "História" e a terceira e última parte "A terra e o Homem".

A primeira parte "Geografia Físico-Econômica" é dividida nas seguintes seções: Posição astronômica - Pontos extremos - Linhas de contorno - Superfície - Aspecto geral - Clima - Orografia - Potamografia - Linografia - Flora - Fauna. No segundo ponto da primeira parte, "Geografia Humana-Administrativa", temos a seguinte organização: População absoluta - População relativa - Capital - Cidades, incluindo cada uma origem, criação, clima, população, produção e instrução - Vias de comunicação.

Na segunda parte intitulada "História", temos a divisão em 10 seções, enumeradas com algarismos romanos, que trata da Conquista da Capitania até o Século XX (1930). Na terceira parte "A Terra e o Homem", o autor organizou os temas adiante: O inverno do Nordeste - O peixe voador - A carnaúba - Aves de arribação - O jangadeiro - O vaqueiro - Quebra-quilos - Uma lenda de Extremoz - O Norte riograndense - obras consultadas e por fim, uma "Relação dos estabelecimentos de ensino médio e secundário no Rio Grande do Norte em 1952."

O livro fora destinado ao Curso de Professores Primários do Estado, e nas palavras do autor:

"pensando também que de grande proveito seria dar a conhecer coisas nossas, acrescentamos alguns artigos sobre usanças, costumes e tradições que, de certo, *interessarão o estudante*, e contribuirão para maior *conhecimento de nossa terra*". (Ibdem, p. 7) [Grifos nosso]

Clementino Câmara na Apresentação de sua “Geografia e História do Rio Grande do Norte”, aponta que diferentemente das obras clássicas da História do Rio Grande do Norte, esses não são “livros de classe” e num tom de reverência e humildade pontua:

Não alimentamos a vaidade de ter feito um livro completo como, talvez, possamos fazê-lo, pois não é possível que a história deste Estado seja tão exígua. *O que a respeito outros escreveram vai muito além, todavia, não são livros de classe*. (Ibdem, p. 7) [Grifos nossos]

Quanto a estrutura e periodização do livro, o autor justifica que:

Seguimos mais ou menos a orientação do ciclo ginásial no tocante a História do Brasil. Procuramos abordar os acontecimentos que, por assim dizer, constituem as linhas-mestras dos fatos que se desenvolveram na Capitania, na Província e no Estado. (Ibdem, p. 8)

A obra adota um recorte tripartite, tendo como plano de redação uma abordagem político-administrativo, recortando o tempo em Colônia (Capitania), Monarquia (Província) e República (Estado).

Faremos uma breve análise do livro, buscando entender como o espaço potiguar foi construído em seu livro. Logo nas primeiras páginas da parte dedicada à História do Rio Grande do Norte, temos que o espaço precisava ser conquistado, dominado, mas para tanto, era necessário que fosse “descoberto”, deduz Clementino Câmara que era

“presumível, entretanto, que Gaspar de Lemos, voltando de Pôrto Seguro para levar a D. Manuel a célebre carta de Pero Vaz de Caminha, subisse pelo litoral para certificar-se da grandeza da "Ilha de Vera Cruz", que a frota cabralina julgara ter descoberto. (Ibdem, p.52)

A ideia de um espaço encoberto, perdido, selvagem, habitado por povos bárbaros, onde os descobridores e colonizadores deveriam implantar todos os padrões básicos da cultura

européia soterrando a barbárie, são característicos do imaginário europeu do século XV, mas ainda é preocupação de Câmara, que assevera: “*A conquista do Rio Grande do Norte constitui um página que não enobrece, antes denigra seus autores.*” (Ibdem, p. 58-59).

Para a dominação desse espaço, somente em fins de 1597, governando o Brasil D. Francisco de Sousa, “*saiu de Paraíba Manuel de Mascarenhas Homem com uma frota de cinco navios e seis caravelões, para tentar a conquista da terra dos potiguares.*” (Ibdem, p. 53). A espacialização da conquista e descobrimento, oficializando a tomada de posse do novo território é retratada com a expedição de 1503, sob o comando de Cristóvão Jaques, que “*chantou o primeiro padrão das armas de Portugal, na enseada de Tamatanduba, posteriormente distrito de Vila-Flor.*” (Ibdem, p. 53) O espaço agora era demarcado, pois na terra foi fincado um marco que simbolizava a dominação portuguesa sobre a nova terra.

A descrição do ato fundacional que delimitou o espaço natalense, erigida por Câmara, nos remete ao ideário da formação dos espaços coloniais, resultado prático de uma política de afirmação territorial que procurou assegurar a posse da terra por meio da criação de vilas, povoados e no caso de Natal, dentro de uma visão eclesiástica de denominar as toponímias, essa já nasceu com o predicativo de cidade, tornando-se a sede do governo administrativo e militar da Capitania.

"25 de dezembro de 1599, Jerônimo de Albuquerque, saindo da fortaleza, na distância de meia légua, num terreno elevado e firme, que já se denominava Povoação dos Reis, demarcou o sítio da cidade que recebeu o nome de Natal, em honra do glorioso dia, que assinala, no mundo da cristandade, o nascimento do Divino Redentor". (Ibdem, 54)

Quanto a situação do território colonial, a narrativa aponta que as dificuldades da cidade colonial eram incertas, posto que “*AO iniciar-se o século XVII a Capitania do Rio Grande do Norte era governada por Jerônimo de Albuquerque, e as suas condições eram precárias*”. (ibdem, p. 55)

O presente artigo ainda não contempla toda a análise realizada no livro, posto que ainda estamos em processo de elaboração, razão pela qual nos limitamos a pontuar somente os primeiros pontos da obra de Clementino Câmara. De igual modo, a atual realidade do livro didático em História do Rio Grande do Norte denuncia uma série de problemas em relação à

quantidade do material, que geralmente é escassa, havendo pouca variedade de exemplares para utilização em sala de aula. Em igual situação encontra-se a qualidade deste material, haja vista, a reprovação de livros no Programa Nacional do Livro Didático. Esses dados denunciam as deficiências em qualidade e quantidade do livro didático em História do Rio Grande do Norte que geralmente não é produzido no estado. Há poucos trabalhos que estudam a temática do presente artigo, revestindo de importância para a produção historiográfica e para reflexão acerca desse objeto tão presente e ausente no espaço escolar.

### **Referências bibliográficas:**

ALMEIDA, Raimunda. CASTRO, Maria das Neves. **Rio Grande do Norte: Geografia - História**. São Paulo: FTD, 1995.

ALVIM Yara Cristina. **O livro didático na batalha de idéias: vozes e saber histórico no processo de avaliação do PNLD**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Docência em Formação – Série ensino fundamental).

BRASIL, **Orientações Curriculares para o Ensino Fundamental**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, Brasília: 2006.

\_\_\_\_\_, **Guia de livros didáticos: PNLD 2012: História**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

BRANDÃO, Marlúcia Galvão. **Rio Grande do Norte: história, cultura e identidade**. Curitiba: Base, 2008.

\_\_\_\_\_. Marlúcia Galvão. **Rio grande do Norte**, “Nossa Gente... Nossa História” (da civilização indígena à expulsão dos holandeses) - João Pessoa: GRAFSET, 1994.

\_\_\_\_\_. **Rio Grande Do Norte**, “Nossa Gente... Nossa História” (da recolonização da capitania do Rio Grande Do Norte ao Golpe De 1930). João Pessoa: GRAFSET, 1994.

\_\_\_\_\_. FELIPE, José Lacerda A. TAVARES, Maria Cristina Ozório. **A Terra e o Povo. Rio Grande do Norte**. Natal. Grafset , 1994.

BONZATTO, Eduardo Antonio. **A fonte da nação: a iconografia pátria do século XIX no livro didático de História do Brasil - o nacional e o regional (1960-2000)**. 2004. 450 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

CAIMI, Flávia Eloisa. O livro didático de História Regional: um convidado ausente. In: OLIVEIRA, Margarida M<sup>a</sup> Dias de (org). **O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisa e ensino**. Natal: EDUFRRN, 2007.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **Ateneu norte-riograndense**. Natal/RN: Departamento de Imprensa, 1961. Coleção Juvenal Lamartine

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **História cultural** – entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CÂMARA, Clementino. **Geografia e História do Rio Grande do Norte**. São Paulo/SP: Gráficas Saraiva, 1952.

CORRÊA, Anderson R. Pereira . **História Local e Micro-história**: encontros e desencontros. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, v. 01, p. 13-29, 2012

DAVEIS, Nicholas. As camadas populares nos livros de História do Brasil in. Pinsky, Jaime (org.). **O ensino de História e a criação do fato**. Ed. Contexto: 2009.

FELIPE, José Lacerda A. et al. **Rio Grande do Norte Estudos Sociais: História e Geografia**. João Pessoa: GRAFSET, 1997.

FERRO, Marc. **A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação**: a História dos dominados em todo o mundo. São Paulo: IBRASA, 1983.

FREITAG, Bárbara; COSTA, Wanderley F. da; MOTTA, Valéria R. **O livro didático em questão**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GRUZINSKI, Serge. **O Pensamento Mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. in, Macedo, Helder Alexandre Medeiros, p. 63-110. Citado em Revista da Faculdade do Seridó, v.1, n.0, jan./jun. 2006.

GURGEL, Tarcísio. VITORIANO, Vicente. GURGEL, Deífilo. **Introdução à cultura do Rio Grande do Norte**. João Pessoa: Grafset, 2000.

LIMA, Marta Margarida Andrade. A cultura local e a formação para a cidadania nos Livros Didáticos Regionais de Historia. In:\_\_\_\_\_. **O livro Didático de Historia: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. Natal: EDUFRN, 2007.

MAGALHÃES, Solange Maria de. et al. **Nosso Estado**. Rio de Janeiro: FAE, 1984.

MARINHO, Aleuda Wanderley, NORONHA, Carlos Henrique Maira Mavignier. **Rio Grande do Norte, Meu Estado**. 3ª Série: Estudos Sociais. São Paulo, Ed. Brasil, 1991.

MARIZ, Marlene da Silva; TOLKMITT, Valda Marcelino. **Para conhecer a História do Rio Grande do Norte**. Curitiba: Base, 2005.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAIS, Regis de (org.). **Sala de aula que espaço é esse?** 6. ed. Campinas: Papyrus, 1993.

MORAIS, Marcus César Cavalcanti de e PETROVICH, Enélio Lima. **O Brasil nasceu juridicamente no RN**. Natal/RN: Foco, 2007.

NORONHA, Carlos Henrique Moura Mavignier de. **Rio Grande do Norte, meu Estado: Estudos Sociais**. São Paulo: Editora do Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. Carlos. **Rio Grande Do Norte: Cultura e Cotidiano: História**. São Paulo: Editora do Brasil, 2012.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Livros didáticos de História: pesquisa, ensino e novas utilizações deste objeto cultural. **Livros didáticos de História: escolhas e utilizações**. Natal: EDUFURN, 2009. p. 79-87.

\_\_\_\_\_, Margarida Maria Dias de. Ensino de História: (des)caminhos na construção de um objeto de pesquisa. In: SILVA, Cristiani Bereta da; ZAMBONI, Ernesta. (Org.) **Ensino de História, memória e culturas**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2013, v. 1. p. 229-244.

POTIER, Leda Virgínia Belarmino Campêlo. **História para "ver" e entender o passado: cinema e livro didático no espaço escolar (2000-2008)**. 2014. 170f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto; SILVA, Lemuel Rodrigues da. **História do Rio Grande do Norte: história regional**. João Pessoa: Grafset, 2011

SILVA, Katiane Barbosa. **Os usos e funções do ensino de História a partir da disciplina "Cultura do RN"**. 2015. 153f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Historiografia e ensino de História através dos livros didáticos de História. In: OLIVEIRA, Margarida M<sup>a</sup> Dias de (org). **Ensino de História: múltiplos ensinamentos em múltiplos espaços**. Natal/RN: EDFURN, 2008.

SOARES, Bernardo Jandson. **Espaço Escolar e Livro Didático de História no Brasil: A institucionalização de um modelo a partir do Programa Nacional do Livro Didático (1994 a 2014)**. 2017. 188f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

VIÑAO FRAGO, Antônio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. São Paulo: DP&A, 1998.

WANDERLEY, Rômulo, C. **Noções de História e Geografia do Rio Grande do Norte**. Natal/RN: Edições Walter Pereira, 1969. 2a ed.